

Análises de Livros de Visita do Memorial da Resistência de São Paulo e os confrontos entre memórias da ditadura

Julia Gumieri*

Resumen:

Recientemente, después de las elecciones presidenciales de octubre de 2018, asistimos a un creciente discurso revisionista, y algunas veces negacionista, de la historia de la dictadura en Brasil y a una relativización de los impactos que 21 años de violencia estatal dejó en el cuerpo social y político del país.

Actuando en un antiguo centro de represión del período, el edificio del Deops/SP, el Memorial da Resistência es una institución cultural del Gobierno de São Paulo que trabaja a partir de la musealización y de las memorias de ex presos con acciones dirigidas a la valorización de los Derechos Humanos. En Brasil somos la única institución de ese tipo, recibiendo 80 mil personas anualmente.

Ante este escenario de revisionismo por el público y medidas neoliberales por el gobierno, proponemos reflexionar sobre los impactos de esas disputas de memoria en una "era de fake news". Para eso proponemos un análisis de los libros de visita del Memorial en el período de 01 octubre de 2018 a 31 marzo de 2019, fecha del golpe realizado por los militares en Brasil y que este año volvió a la agenda oficial de celebraciones del Estado a partir de la recomendación del presidente.

* Pesquisadora no Memorial da Resistência de São Paulo desde 2015. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2016) e graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Atua com pesquisas sobre Ditadura, Políticas de Memória e Ações de Reparação no Brasil. Contato: juliagumieri@gmail.com

Análises de Livros de Visita do Memorial da Resistência de São Paulo e os confrontos entre memórias da ditadura

Em setembro de 2018, a equipe do Memorial da Resistência de São Paulo começava a planejar as atividades que comporiam, em janeiro do próximo ano, o marco dos dez anos da instituição¹. Na sala de pesquisa nos debruçávamos sobre nossas próprias origens, no ano de 2008, para sintetizar as motivações para a criação do primeiro museu brasileiro sobre memórias políticas da ditadura, e traçar um quadro que nos ajudasse a compreender quais seus maiores desafios e conquistas ao longo desses dez anos. Ao mesmo tempo nos perguntávamos: qual papel a instituição veio desempenhando junto ao público ao longo de todo esse tempo de existência? Eram perguntas importantes porque, se em 2008 o contexto era de “ventos favoráveis” – remetendo a um momento no qual o país assumia, no plano das ações governamentais, o desejo pela construção de Políticas de Estado para reparação às violações da ditadura, orientando-se pelas perspectivas da justiça de transição² –, em 2018, o tempo já estava nublado para a abordagem sobre os Direitos Humanos e, mais ainda, sobre a memória da resistência nos tempos da ditadura. No espaço expositivo, com o início do período eleitoral, passamos a ser questionados, por alguns visitantes, sobre quando deixaríamos de lado a ideologia e abordaríamos o “outro lado” da história e a violência da esquerda, ou ainda: porque o contribuinte deveria arcar com um “Memorial do PT”? Ganhava força, nesse contexto, a adesão a uma visão conservadora e/ou nostálgica sobre a ditadura (ancorada nas memórias das Forças Armadas) e uma recusa ao debate frente à ampliação da polarização político-social iniciada em 2013 e aprofundada nas eleições de 2014, no impeachment de 2016 e nesse cenário eleitoral de 2018.

Diante desse cenário, este artigo se propõe a realizar uma articulação entre dois pontos: a compreensão, pelo público, do papel e importância do Memorial da Resistência inserido em um complexo cenário memorialista sobre a ditadura brasileira, e a identificação do crescente fenômeno negacionista e instrumentalista do revisionismo histórico sobre esse período. Compreendemos essa segunda frente (costurada entre o negacionismo e o revisionismo instrumentalista) como uma corrente que visa confrontar e reordenar a memória política e a verdade histórica desse período por meio da recuperação de discursos conservadores (velhos discursos transvestidos de “novos”) e que ganhou força pública a partir da figura de Jair Bolsonaro como candidato a presidente. Essa análise se dará por meio do estudo dos livros de visita do Memorial da Resistência, cadernos onde os visitantes podem registrar suas impressões, críticas, sugestões ou qualquer outra questão que desejarem a partir das suas experiências nas exposições da instituição. Em uma oportunidade mais detalhista, seria possível e potente percorrer esse caminho por uma sistematização dos livros de visita desde a inauguração do Memorial em 2009, analisando os períodos de crise da memória que abordamos institucionalmente, no entanto, pelo breve espaço desse artigo, articularemos as opiniões

¹ Concebido em 2008 e inaugurado em 25 de janeiro de 2009, o Memorial preserva memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano e atualmente ocupa parte do edifício que foi sede, entre 1940 e 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, referenciado popularmente como o Prédio do DOPS (antiga sigla pelo qual era designado legalmente o Deops/SP).

² A Justiça de Transição visa recuperar a mudança de regime a partir dos seus problemas humanitários e dos desafios para o enfrentamento do legado de violações. Sua aplicabilidade envolve abordagens e mecanismos judiciais e não judiciais com estratégias de curto, médio e longo prazo que envolve iniciativas diversas, como: julgamentos dos responsáveis, reparação material e simbólica das vítimas e/ou familiares, reformas institucionais, criação de comissões de verdade e construção/recuperação de memoriais.

e visões do público entre 01 de outubro de 2018 (mês das eleições presidenciais) a 31 de março de 2019 –considerando que a data (31 de março) foi o dia da efetivação do golpe militar contra o presidente eleito João Goulart e que, neste ano (2019), voltou à agenda oficial de celebrações do Estado a partir da recomendação do presidente em seu 90º dia de mandato.

O Memorial da Resistência de São Paulo: preservação de memórias políticas e a resistência como experiência prisional

Pode-se afirmar que o Memorial da Resistência de São Paulo é a primeira e única instituição museológica brasileira, em escala, que se dedica a salvaguardar, preservar e comunicar as memórias de indivíduos e grupos que resistiram ante a violência do Estado e a supressão dos direitos constitucionais no período republicano brasileiro, com especial destaque para a ditadura civil-militar (1964-1985). No entanto, tendo como pressuposto a ação museológica numa perspectiva processual, ocupa também um espaço simbólico e nevrálgico na contemporaneidade na medida em que as heranças da violência de Estado praticadas na ditadura estruturam e seguem permeando toda a sociedade brasileira. A instituição devota-se, desta forma, a articular a memória política da violência de Estado durante a ditadura às questões contemporâneas, configurando-se, também, como uma instituição dedicada aos valores e conceitos do campo dos Direitos Humanos.

Concebido, inaugurado e gerido, em seus dez anos, nos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)³, o Memorial da Resistência de São Paulo é fruto, principalmente, da reivindicação e atuação de ex-presos políticos, familiares de mortos e de desaparecidos, algumas organizações de Direitos Humanos e instâncias governamentais junto ao Poder Público. Esses atores lograram não só a transferência do antigo prédio do Deops/SP⁴ da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria da Cultura (entre 1997-98), como fizeram frente à necessidade de que o edifício, por suas memórias associadas ao antigo espaço carcerário da polícia política, fosse convertido em um Memorial sobre a luta pela democracia durante a ditadura (baseado nos valores da resistência), e sua conversão em um espaço para educação e valorização dos Direitos Humanos, resultando na inauguração do Memorial da Resistência em 25 de janeiro de 2009.

Uma das características mais potentes do processo de criação do Memorial foi o destaque atribuído aos ex-presos políticos pela equipe técnica durante a implantação da

³ Partido originalmente orientado pela social-democracia, pela democracia cristã e pelo liberalismo econômico e social, fundado em 1988 e que esteve na presidência da República entre 1994-2002 com Fernando Henrique Cardoso. Em 2014 protagonizou, na figura do candidato presidencial derrotado, Aécio Neves, a primeira ruptura pactual democrática ao contestar o resultado final das eleições que elegeram, para seu segundo mandato, Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Deste então, a sigla veio potencializando a polarização política por meio do antipetismo – inflado no debate público pela grande mídia liberal –, flertando com as pautas da Direita e sofrendo rupturas internas. O PSDB está a frente do governo de São Paulo desde 1995, salvo os períodos assumidos pelos vice-governadores Cláudio Lembo, Partido da Frente Liberal (PFL) em 2006, e Márcio França, Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2018.

⁴ O Deops/SP foi criado em 1924 como parte do aparato administrativo-legal do governo. Suas principais atribuições era desempenhar a função de polícia política conservando a sociedade afastada de conflitos sociais de origem popular e operária, mantendo assim a suposta “ordem político-social”. Executavam prerrogativas de uma polícia judiciária e faziam uso de práticas violentas e ilegais, além da produção e armazenamento de informações. O órgão serviu tanto ao autoritarismo de Getúlio Vargas (1930-1945), ao período democrático de 1945-1964 e foi fundamental para a ditadura quando, incorporando estratégias militares para o enfrentamento à luta armada, intensificou suas atividades de repressão, sendo responsável por centenas de prisões, torturas e mortes. Por decreto governamental, o Deops/SP foi extinto em 1983.

instituição. O testemunho desses ex-presos foi a linha condutora e o pilar do discurso expositivo do Memorial, reconstruindo, pelas narrativas individuais costuradas às memórias coletivas, a compreensão do espaço carcerário remanescente do Prédio do DOPS, do cotidiano da experiência prisional e da importância da resistência como elo de sobrevivência e luta contra a repressão. A reconstrução do espaço, realizada nesse contexto, esteve intrinsecamente relacionada às experiências vividas pelos ex-presos neste edifício⁵, invertendo a lógica do período da repressão e atribuindo protagonismo às memórias dos ex-presos. A partir dessas memórias, a concepção de cada espaço valorizou a resistência como elemento de ligação entre o trágico passado ali vivenciado e os novos tempos amparados por experiências democráticas (Gumieri, 2012:7), possibilitando reflexões, nas palavras de um dos idealizadores da instituição: sobre questões do passado recente e atuais, como as práticas da repressão e as ações dos grupos de resistência durante regimes autoritários e até mesmo democráticos, favorecendo o debate sobre a violação dos direitos humanos e o direito à memória e à verdade”(Araújo et. al, 2010:238).

A partir deste ponto, destaco o meu entendimento, enquanto pesquisadora da instituição, de que o norte conceitual do Memorial, construído a partir de sua orientação museográfica, é a narrativa memorialista da resistência – mas em uma noção pouco pluralista, uma vez que amparou-se, durante quase dez anos, na memória da experiência prisional construída em associação direta à luta pela democracia (o que nem sempre representa um fato historiográfico de fato relacionável). Com essas escolhas, a violência e a repressão terminaram por ganhar características secundárias e um papel de *backstage*, sendo possível a compreensão de seus alcances apenas em um segundo momento. Apontamos abaixo um trecho da entrevista com Maurice Politi⁶ sobre o processo de implantação do Memorial e o debate sobre as escolhas que estavam sendo realizadas no momento, apontando, também, para esse cenário que problematizamos aqui:

Uma das coisas que foi comum a todos nós, é bem representada pela famosa frase do Ivan Seixas⁷: “Onde a humanidade vence a barbárie”. A gente queria mostrar isso. Queríamos mostrar que, por mais que esse fosse um lugar terrível, de tortura, de morte e de prisões, a solidariedade entre os presos permitiu que, nesse lugar, apesar da barbárie, houvesse sentimentos de solidariedade e de humanidade. Isso não foi nem discutido, porque era uma opinião unânime, mas me lembro que a gente discutiu: “Vamos fazer uma sala com instrumento de tortura?”. E foi a Cristina Bruno [museóloga responsável pelo projeto] quem disse: “Não. Não é o lugar para mostrar a tortura. Podemos falar sobre a tortura, mas não vamos entrar em detalhes sobre ela. Isso fica para os educadores”. E eu acho que para nós, os ex-presos, o que queríamos desse lugar é que ele fosse, dentro do possível, agradável de ser visitado. [...] Os ex-presos queriam reconquistar esse lugar. Para nós, entrar aqui era uma questão de honra. Você está em uma guerra, vai até o campo inimigo e põe lá a sua bandeira. Para nós era isso: a nossa bandeira vai estar ali. Esse era um

⁵ Cf. o livro lançado na ocasião dos dez anos da instituição: Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!

⁶ Durante a ditadura, Maurice Politi integrou a organização de luta armada Ação Libertadora Nacional (ALN), sendo preso político entre 1970 e 1974 e expulso do país em 1975. Em 2009 participou da fundação do Núcleo de Preservação da Memória Política (NM), onde exerce o cargo de diretor. Durante a implantação do Memorial da Resistência atuou como colaborador e consultor sobre o cotidiano nas celas do Deops. Até 2018, foi membro do Conselho de Orientação Cultural da Instituição.

⁷ Ivan Seixas foi militante da organização de luta armada Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), sendo preso aos 16 anos de idade com seu pai, Joaquim. Na sequência foram capturadas sua mãe e suas duas irmãs. Todos foram encaminhados ao DOI-Codi/SP onde pai e filho foram torturados juntos e a família pode ouvir a execução de Joaquim. Menor de idade e detido por cinco anos, o caso de Ivan Seixas figurou em inúmeras denúncias no exterior contra a ditadura brasileira. Durante a implantação do Memorial também atuou como consultor sobre o cotidiano nas celas do Deops e atualmente é membro do NM.

lugar de repressão, mas agora será um lugar de educação, de museu, de cidadania. (Politi *apud* Memorial 2018:103-104)

Toda essa estrutura, na qual foi concebido e na qual atua o Memorial da Resistência, é perceptível e sensível à maior parte dos visitantes da instituição, que recebe anualmente cerca de 80 mil pessoas: a valoração das experiências pessoais dos que lutaram e que, por serem oposição ao governo, sofreram torturas diversas; a construção de um entendimento sobre “o que foi a resistência” e, como desdobramento, “o que foi essa violência de Estado praticada pelos militares”. Mas, como um outro lado da mesma moeda, problematizam as mesmas questões: por que a resistência museografada não é plural? E por que a violência de Estado não acabou para outras (e grandes parcelas) da população brasileira? Vocês (Memorial) também a entendem como resistência? Abaixo destacamos algumas das anotações registradas nos livros de visita da Exposição de Longa Duração sobre essas questões. Pela proposta do próprio artigo, não iremos nos delongar nas análises dessa etapa do livro de visitas por entender que as manifestações expostas nessa seção não são conflitivas com as memórias que estão sendo trabalhadas institucionalmente no espaço, ainda que muitas delas levantem problemáticas fundamentais sobre as noções pluralistas das memórias da resistência ou questionem as escolhas museográficas realizadas. Neste artigo, reservamos espaço para analisar e nos delongarmos nas avaliações dos visitantes na próxima seção, quando abordaremos os conflitos e disputas de memória acerca da ditadura. Por fim, destacamos também que, por questões de privacidade, não registraremos os nomes dos que assinaram seus comentários e que, nos exemplos abaixo, cada linha representa a manifestação de um visitante:

Livro 1 – Agosto a Outubro de 2018⁹

#EleNão
#EleNunca
#FascistaVoltaPra64
#FascismoNuncaMais
#PeriferiaResiste
#FavelaVive
#NegrosResistem

Livro 2 – Agosto a Outubro de 2018

Celebre a liberdade e não a volta da repressão, afinal muitos morreram por isso

#EleNão #EleNunca Exposição mais do que necessária. Rememorar o passado é uma forma de impedir que as atrocidades do passado sejam retomadas. Ditadura Nunca Mais.

Livro 3 – Outubro a Novembro de 2018

Esse lugar permanece como pequena amostra do que acontece quando o adversário se torna inimigo

O museu mostra uma parte importante de um período opressor e autoritário, o povo tinha que ter acesso para ter consciência do que é o período militar.

Para que nunca haja um DOPS. Nunca mais! Ele nunca, ditadura nunca mais.

Eu, Laiz, mulher negra e estudiosa não vivi as experiências traumáticas da ditadura, mas todos os dias sobrevivo ao racismo e ao machismo instituído pelas organizações e por uma cultura excludente e fascista. Por mim, por todas as pessoas negras, periféricas e marginalizadas eu grito: DITADURA NUNCA MAIS!!

⁹ Os livros 1 e 2 foram analisados a partir de outubro e no livro 5 fomos até março, conforme recorte.

Que as pessoas se lembrem do horror que aconteceu aqui e que isso sirva de exemplo para que não volte a acontecer. Não quero ter medo de ser quem eu sou e de amar quem eu amo! #Elenão #ResistênciaLGBTQ+

A tortura podia ter alguma foto para ser um pouco mais real

Livro 4 – Novembro de 2018 a Janeiro de 2019

Ditadura civil-militar nunca mais! Não deixemos que a memória de muitos cidadãos brasileiros seja apagada. A ditadura foi danosa. Abaixo ao fascismo que retorna ativo com esse presidente eleito! #EleNão

A ditadura precisa ser lembrada para não ser repetida. Ditadura Nunca Mais! Pela liberdade de expressão, pelo respeito às diferenças. Não ao presidente que elogia Ustra! #Elenão #DitaduraNuncaMais

Mais fortes são os poderes do povo (Cela 3). Paremos de nutrir essa memória seletiva. Não precisamos de mais eufemismos em nossa história.

Que possamos reconstituir esse Brasil, lavar toda energia negativa gerada do massacre dos povos originários, do povo negro e de todos aqueles cujas vozes foram caladas aqui.

Grande omissão: favor incluir publicamente os nomes de todos os torturadores que atuaram nestas dependências.

O museu é incrível. Lugar bastante pesado, só faltou os instrumentos de tortura. Um lugar que todos deveriam visitar, inclusive os fascistas.

Impressionado como não sabemos contar a nossa história! Esse memorial não permite aos brasileiros entender a importância e horror da ditadura. Não revela resistência! Imagino um estrangeiro visitando esse local! Jamais entenderá nada! Triste com o fato de valorizarmos tão pouco a nossa história! Talvez por isso estejamos cometendo sempre os mesmos erros! Espero visitar esse memorial um dia e ver nossa história mais bem contada.

Esta é uma parte da história que todos deveriam conhecer e vivenciar de alguma maneira, para entenderem as lutas atuais e o quanto estamos retrocedendo com algumas escolhas. Precisamos honrar a memória e a história dessas pessoas que lutaram por direitos que gozamos nos dias de hoje.

Todas as ditaduras são um lixo! (Sem exceção de viés ideológico). Parabéns pelo espaço de lembrança

Ditadura = algo horrível e todas as suas formas. Tanto militar quanto socialista. Temos que lutar pela democracia, pelo poder do povo!

Livro 5 – Janeiro a Maio de 2019

Queria que mostrassem os malditos porões do DOPS, com as máquinas de tortura, os espaços de morte dos heróis desse país.

Hoje os novos lugares de resistência e de violações de direitos humanos são as FAVELAS BRASILEIRAS

Quando eu tinha 17 anos vim nesse espaço e apesar de tanta dor senti a luta pulsando. Hoje, aos 25, sinto medo de onde vamos parar, medo por mim e por cada camarada que segue na luta.

É fundamental preservar a memória dos povos e grupos historicamente oprimidos e ignorados pelas políticas públicas, especialmente em tempos tão sombrios de revisionismo de nossa história. Parabéns!

Seria importante dar maior destaque à tortura feita nos dias atuais,

Quem matou e quem mandou matar Marielle? #1ano. A ditadura nunca acabou para o preto e favelado.

O museu não deixa claro o real motivo da resistência e pelo que realmente lutavam, somente fala sobre a dificuldade do processo chamado ditadura

É lamentável a manutenção da história... história triste em que não houve nem mocinhos nem bandidos; não houve lado vencedor. Muito sangue inocente derramado, muitas famílias desfeitas por conta de

intolerância e pela falta de um uso mais eficaz do conhecimento acadêmico em favor de todos! É hora de aprendermos com o passado para não enterrarmos de vez o futuro, ora tão incerto!

Parabéns ao Estado de São Paulo por preservar e deixar registrado esse período tenebroso da nossa história, principalmente no momento em que vivemos, onde tentam relativizar esse período infeliz de nossa história.

Lembrar é resistir. Em tempos de presidente celebrando a implantação de um governo que matou, torturou e censurou seu povo. Estar no Museu da Resistência nos lembra que devemos resistir sempre. Ditadura nunca mais.

Os comentários expostos nessa seção, como mencionado, são fruto das opiniões dos visitantes ao percorrerem a Exposição de Longa Duração do Memorial. Importante dizer que essa exposição ocupa as quatro celas remanescentes, localizadas no térreo de um edifício de cinco andares, do período em que todo esse espaço foi ocupado pela polícia política paulista (1940-1983)¹⁰. A Exposição de Longa Duração, como comentado previamente, foi concebida em 2008 por um grupo técnico multidisciplinar (envolvendo museólogos, historiadores e educadores) em diálogo direto com as memórias e referências de um grupo de ex-presos políticos que haviam sido detidos no Deops/SP durante a ditadura entre fins dos anos 60 e meados dos anos 70. E isso ajuda a explicar o recorte pouco pluralista da memória-fonte para a reconstrução do espaço expositivo. Mas, se naquele momento o foco era trabalhar a memória do espaço carcerário e, portanto, um recorte do tema da repressão (que se manifesta de formas mais amplas inclusive como uma estrutura legal da organização, da lógica e do funcionamento do próprio Estado brasileiro), o resultado também foi um recorte das vítimas da repressão: ou seja, aqueles que haviam sido detidos no Deops/SP, e essa escolha excluiu outros atores da resistência à ditadura, e que sofreram repressão ainda que manifestadas de outras formas, sem que tenham sido encaminhados para um centro de detenção e tortura como o Prédio do DOPS.

Nos últimos anos, muitas críticas importantes sobre a memória da ditadura foram sendo formuladas no seio da sociedade e nas universidades brasileiras, ampliando o debate sobre muitos pontos dessa teia de memórias e atores do período de 1964-1985. Exemplos importantes da ampliação desse debate são o questionamento sobre o papel legitimador que a sociedade brasileira atribuiu às soluções autoritárias nas convulsões pré-golpe de 1964; às múltiplas configurações e projetos políticos da direita e da esquerda no governo João Goulart (1961-64); ao apoio social e financeiro recebido pelos militares, principalmente via empresariado e a difusão do termo “ditadura civil-militar”; e o início do debate sobre as outras muitas camadas de resistência como as memórias da resistência negra, homossexual, periférica, popular, feminista, indígena ou camponesa. Mas, ainda que o Memorial venha tentando incorporar esses debates e acolher as críticas que tem recebido nos últimos anos sobre sua expografia, há de se considerar uma questão que as vezes não chega no público: os recorrentes cortes de verba para os museus via governo do estado e a impossibilidade de reformular o espaço sem orçamento e sem equipe suficiente. Não que isso deva justificar as ausências na Exposição de Longa Duração, mas também limita a ação da instituição, que não conseguiu rever sua expografia a fim de incorporar os debates mais recentes principalmente sobre a questão das múltiplas resistências à ditadura. A resposta da instituição, nesse sentido, tem sido a ampliação dos Programas de Pesquisa e da Ação Educativa, que buscam abordar, de uma maneira ampla, os diferentes processos de

¹⁰ Atualmente, com exceção do terceiro andar e das celas remanescentes, o prédio é ocupado pela Pinacoteca de São Paulo com exposições de arte.

repressão e resistência vividos nos anos da ditadura e os reflexos e impactos que 21 anos de violência estatal deixaram no tecido social e político do país¹¹.

Considerada essas questões, passamos agora à próxima seção onde debateremos o processo negacionista e instrumentalista do revisionismo que passa a ser mais incisivo nos registros desses livros de visita no período eleitoral de 2018, destacando, inclusive, as incidências desses registros ao longo dos meses analisados.

¹¹ Implementado a partir de seis linhas de ação (Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural), o Memorial da Resistência segue, até hoje, balizando suas ações museológicas nas memórias da resistência¹¹. E um instrumento por meio qual a instituição age nesse caminho é o Programa Coleta Regular de Testemunhos (que a partir de 2012 consolidou-se com as metodologias da História Oral), que abriga um importante acervo composto por mais de 150 entrevistas audiovisuais (e que segue em contínua expansão) que preservam memórias de diversos atores sociais: ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e militantes de movimentos sociais, populares e religiosos. Essas memórias, o debate realizado pelo Núcleo de Ação Educativa e as exposições temporárias da instituição, são o caminho da atualização da exposição de longa duração do Memorial. Para mais informações, cf. o site institucional: <http://memorialdaresistenciasp.org.br>

O povo elegeu um fascista que pretende mudar a forma da história. Temos direito ao conhecimento!

Com essa frase, registrada por um visitante no livro da Exposição de Longa Duração do Memorial no dia 06 de abril de 2019, abrimos os grandes temas que norteiam nossos cotidianos no Memorial da Resistência desde a aproximação das eleições de 2018, principalmente frente ao trabalho que desempenhamos na preservação e comunicação das memórias da resistência durante a ditadura. Não que os desafios que viemos enfrentando no último ano sejam novidade no seio dos movimentos por Memória, Verdade e Justiça no país, que, não raras vezes, precisa sair em defesa de uma memória que vem sendo politicamente construída há muitos anos. E, nesse quadro, é importante destacar que, mais recentemente, as memórias sobre o reconhecimento “das vítimas da ditadura” vieram sendo tratadas como parte de uma política e de um esforço do Estado brasileiro em incorporar verdades há muito tempo negadas, principalmente em relação aos mortos e desaparecidos do período, vide entrega do Relatório Final da Comissão da Verdade (CNV) em dezembro de 2014¹². Mas, se o tema não era novidade em alguns espaços e entre determinados atores político e sociais, o que veio à tona a partir do crescimento da figura de Bolsonaro no cenário eleitoral foi exatamente a intensidade e o alcance que o enfrentamento e a recusa a essa memória recém-fundada como oficial ganhou no espaço público.

Muito se poderia dizer sobre as conjunturas político, sociais e econômicas que levaram à eleição de Bolsonaro e que se mesclam a muitos outros fatores, como o conservadorismo da própria sociedade brasileira que se engajou, em muitos setores, a denunciar a intenção do PT de permanecer “eternamente” no poder, instaurando uma “república bolivariana” aos moldes do governo da Venezuela; ao moralismo, entrelaçado em um forte cristianismo (principalmente evangélico, no contexto), que denuncia a degradação da sociedade e da “família” brasileira frente aos avanços dos movimentos feministas, de gênero e em defesa da diversidade sexual; o retorno de um nacionalismo esvaziado de soberania (como seria de se esperar ao resgatar essa corrente), para reduzir-se à retomada dos símbolos nacionais como valores patrióticos – frente ao avanço do comunismo (sempre esse espectro); as crises econômicas aprofundadas desde a abertura dos processos de impeachment contra Dilma Rousseff; as muitas denúncias, espetacularizações e parcialidades das investigações envolvendo grandes escândalos de corrupção (e esses dois últimos itens, associados ao conservadorismo, por exemplo, são bons ingredientes para o surgimento de líderes populistas com soluções simplistas e salvadoras); ao sucesso do projeto “antipestista”, costurado à muitas mãos e contando com potentes setores como o empresariado, os artistas da Rede Globo e a grande mídia (somado às boas doses do elitismo da classe média); a influência das novas tecnologias nos processos eleitorais (e já há excelentes análises nesse sentido); e as reformas (em

¹² O projeto de lei que criava a CNV foi encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2010 e, sancionado por Dilma Rousseff em novembro de 2011 (Lei n. 12.528). Em dezembro de 2014, após trinta e um meses de mandato, a CNV encerrou suas atividades e entregou seu Relatório Final à Presidência da República. Trata-se de um documento dividido em 3 volumes temáticos sistematizando a memória oficial do Estado sobre a ditadura brasileira. O Relatório está disponível em www.cnv.gov.br. Nesse processo de efervescência do tema, o Estado veio reforçando e recentralizando o papel do testemunho das vítimas da repressão, visando confirmar, nesse contexto de refundação histórica, aquilo que foi oficialmente negado durante muito tempo. Nessa fase, o Estado brasileiro também voltou muito de seus esforços em reconhecer (e reparar) o protagonismo dos mortos e desaparecidos políticos, aos quais é dedicado um volume inteiro do Relatório Final. Esse reconhecimento se dá por meio da valoração da histórica luta dos familiares desses mortos e desaparecidos que, desde a ditadura, atuaram para desconstruir a memória dos desaparecidos como “terroristas” e reivindicá-los como “resistentes” (Azevedo, 2016).

vários níveis) que construíram-se como necessárias para salvar a economia do país, mas cujo formato e alcance não foi debatido com a população e que, inclusive, traçaram-se à revelia da opinião pública. Esses apontamentos, extremamente breves, jamais teriam como proposta esgotar os caminhos que nos ajudariam a entender o avanço de uma figura política pouco articulada como Jair Bolsonaro, que acabou se elegendo presidente do Brasil com uma margem tranquila de votos no segundo turno, realizado em 28 de outubro de 2018. Além disso, nosso caminho nesse artigo não toma essa direção – embora a compreensão de toda essa conjuntura seja extremamente necessária para pensar os próprios passos de um país que, aos olhos de muitos (vide imprensa internacional), caminha a passos largos para o retrocesso no tratamento e na condução da própria democracia – esta que vinha, pouco a pouco, ganhando mais força e corpo. No entanto, também não se poderia entrar na avaliação que queremos sem ao menos desenhar, em rascunho, esse cenário.

Feito isso, consideramos importante destacar que, dos muitos temas instrumentalizados pelo bolsonarismo, como o combate à corrupção, ao modelo político vigente e ao antipetismo, a disputa entorno da memória da ditadura visando sua reescrita, ou sua refundação, alinhada com a memória das Forças Armadas sobre o período, é o discurso e a pauta que sempre acompanharam a figura de Bolsonaro nos seus quase trinta anos de atuação política na Câmara dos Deputados, quando ele ainda era uma figura obscura e pouco referenciada entre seus próprios colegas¹³. Assim, entendemos que o embate que Bolsonaro trava contra a memória que vinha sendo debatida e construída no cenário público por todos os governos que o antecederam¹⁴ é uma “guerra ideológica” na qual o presidente deseja um realinhamento do discurso oficial e da verdade histórica sobre o período, mais uma vez à revelia dos debates especializados e dos anseios democráticos da população. E é essa a questão que mais atinge o trabalho do Memorial da Resistência em associação, também, com um discurso crescente de criminalização da resistência (a antiga – do período da ditadura –, e a atual). E esse é o tema que passamos a abordar aqui.

O primeiro passo para uma avaliação sobre esse tema da memória da ditadura pelos livros de visita do Memorial foi uma imersão nos próprios livros, realizando uma leitura detalhada, e ao mesmo tempo quantitativa, sobre o avanço desse reviosinismo associado às memórias das Forças Armadas, retomando o militarismo como uma luta contra o comunismo e a reidentificação da resistência à ditadura como uma ação criminosa porque violenta (associada apenas à oposição armada contra o regime); além das iniciativas de Bolsonaro em refundar a ditadura a partir de noções cívicas e não de ruptura institucional, e, assim, nessa curva do discurso, o golpe militar que implantou a ditadura teria sido, “na verdade”, um movimento cívico contra o avanço do comunismo – e pretendemos avançar

¹³ Jair Bolsonaro foi capitão do Exército entrando para a reserva em 1989 após ser julgado por transgressão grave ao Regulamento Disciplinar do Exército. Ingressou na política como vereador no Rio de Janeiro e dois anos depois se elegeu para a Câmara dos Deputados, onde ficou até se candidatar à presidência. Em relação à pauta militarista de Bolsonaro sobre a memória da ditadura, destacamos duas situações importantes: o cartaz que Bolsonaro estampava em seu gabinete enquanto Deputado Federal afirmando: “Quem procura osso é cachorro”. A frase é uma referência à busca pelos ossos de desaparecidos políticos executados pelo Exército na região amazônica durante a Guerrilha do Araguaia entre 1972-1974. O segundo é o discurso pronunciado durante a votação na Câmara em favor do impeachment da presidente Dilma. No ato, Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, antigo chefe de um aparelho de repressão do Exército durante a ditadura e o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira (em ação cível) pela prática de tortura. Reformado, Ustra continuou politicamente ativo defendendo a ditadura militar e o anticomunismo.

¹⁴ Ainda que só mais recentemente os governos brasileiros tenham passado a adotar as orientações propostas no cenário internacional, principalmente via justiça de transição, e buscar imprimir nas políticas de memória um caráter humanitário e de respeito aos direitos humanos.

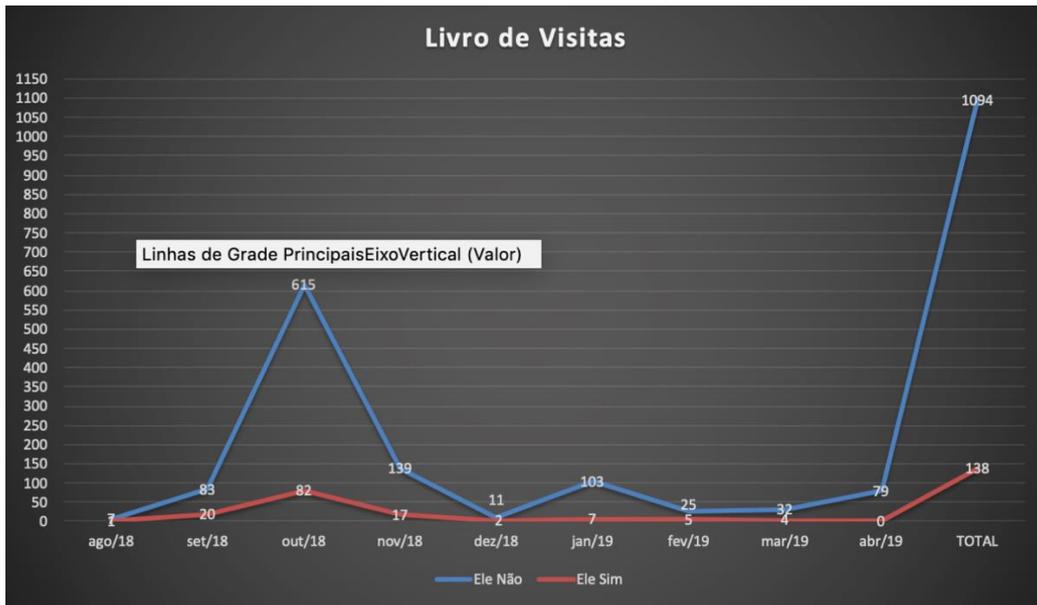


Gráfico 01: Relação, por mês, das inscrições identificadas como #elesim e #elenão nos cinco livros de visita analisados. Acrescentamos os meses que antecedem as eleições e um mês após o nosso recorte para apontar as reações do público nos momentos prévios e posteriores aos definidos, com a intenção de comparação.

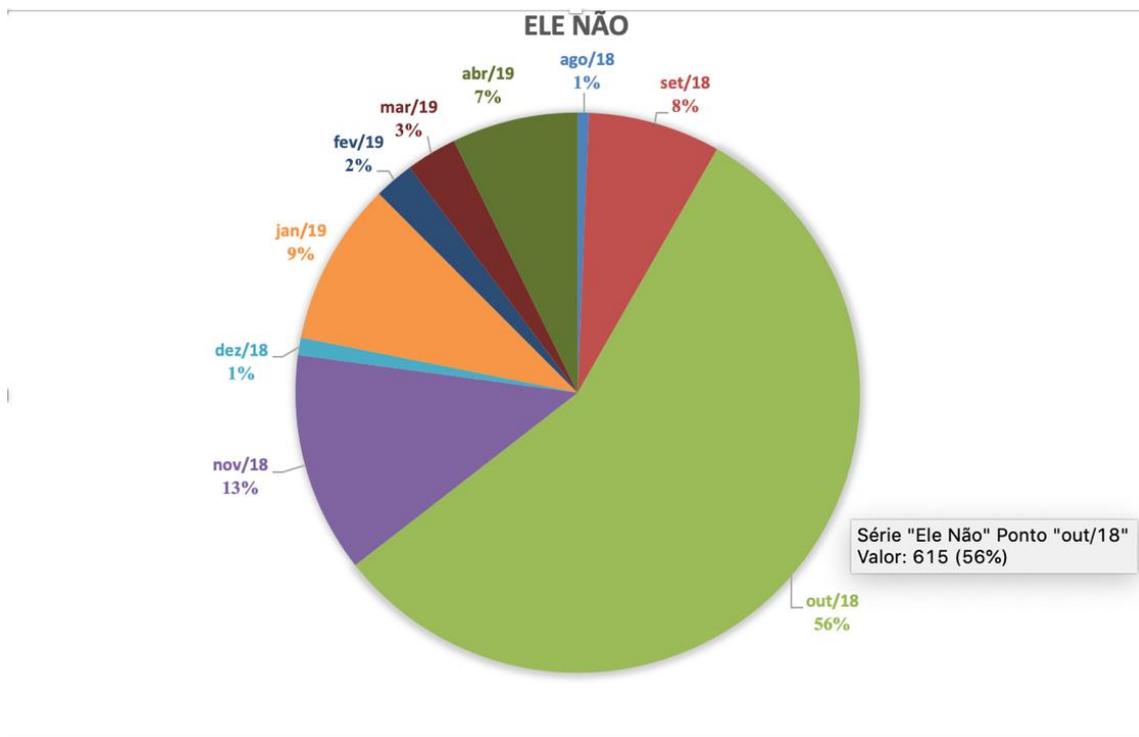


Gráfico 02: Distribuição, por mês e em porcentagem, das reações da hashtag #elenão.

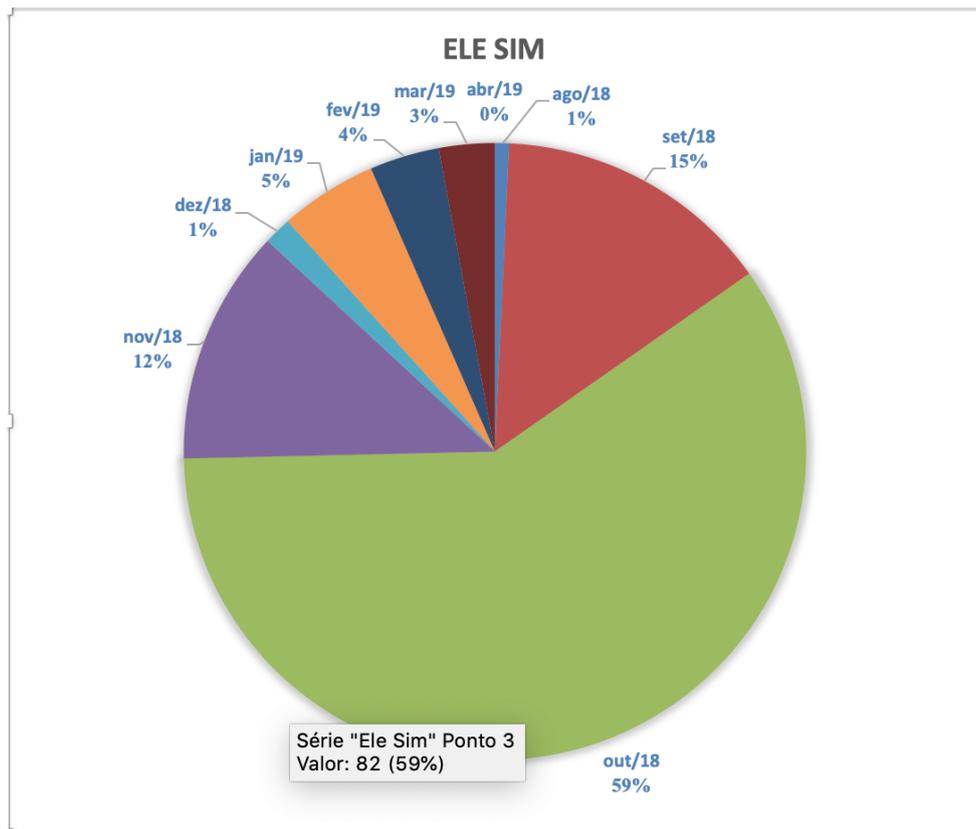


Gráfico 03: Distribuição, por mês e em porcentagem, das reações da hashtag #elesim.

Os gráficos, apesar de identificarem uma predominância nos livros de visita da adesão do #elenão, ou seja, de quem se identificava como resistência (e nesse contexto, como esquerda) a inferência de tal resultado pode ser respondido pelo próprio espaço onde se deu essa manifestação: o espaço do Memorial da Resistência de São Paulo. A instituição, apesar de não trabalhar ideologicamente com a memória da ditadura (e nesse contexto como um todo esse termo está indissociavelmente atrelado à noção de “militância” como uma marca pejorativa), possui, muito claramente, uma compreensão do debate acadêmico e das disputas políticas em torno dessas memórias, e classifica a luta contra a repressão como uma ação de resistência em associação direta com a noção de democracia (ainda que nem sempre esses valores tenham andado juntos em relação à própria resistência à ditadura). Mas, o importante aqui é destacar que, apesar da forte incidência do auto reconhecimento dos visitantes com a memória que trabalhamos no espaço expositivo, as expressões do #elesim foram ganhando cada mais destaque à medida em que esse tema estava “quente” no cenário público: como em setembro (mês prévio às eleições), em outubro (mês das eleições), novembro (o mês imediatamente após a vitória de Bolsonaro) e janeiro (primeiro mês de mandato). Para o quadro dos #elesim, é importante dizer que também contabilizamos os comentários que, ainda que não trouxessem o uso da hashtag, confrontavam a memória trabalhada pela instituição e traziam elementos de cunho mais argumentativos. Os comentários aqui apresentados são resultado dessa leitura imersiva nos cinco livros de visita do Memorial, sendo selecionados os que abordavam essa confrontação de memória potencializadas pela figura de Bolsonaro.

A memória das Forças Armadas, preconizada pelo presidente, defende que o regime militar foi orquestrado como uma “salvação nacional” munida de um anticomunismo visceral que impediu a “escravização” do Brasil por uma ideologia alienígena; a denúncia da violência da luta armada com o apontamento de que seus

projetos não visaram “a luta pela democracia”, mas sim a instauração do comunismo, o que teria justificado a necessária resposta do Estado brasileiro para a preservação de nossos valores cristãos e nacionais; a negação de que a violência da ditadura tenha se estendido à várias camadas político-sociais brasileiras, centrando-se apenas “em bandidos e comunistas” e a nostalgia da época militar como um período de prosperidade, honestidade pública e segurança social. E observamos essa linha argumentativa em vários registros dos visitantes, costurando novamente essa teia anticomunista para explicar a história política brasileira. Nesse contexto, foram resgatados símbolos e valores nacionais como a bandeira do Brasil, que passou a ser ícone dos movimentos da direita desde os eventos de 2013, em oposição aos movimentos de esquerda que seriam vermelhos por associação com o PT e com o comunismo – e nesses movimentos mais rasos do conservadorismo, inflados com o projeto antipetista, a associação do PT com o comunismo/socialismo é direta. E, nessa associação direta “PT/Comunismo” o que ressaltaria seria a pobreza e a miséria do povo brasileiro em oposição à corrupção e enriquecimento ilícito do alto escalão do Partido, resultando no caos social e econômico. Seguem abaixo alguns comentários registrados nos livros e que caminham de mãos dadas com a leitura apresentada.

Para lembrar, tem que ser exposta a verdade. Ele sim. [Livro 3]

Obrigado aos oficiais do DOPS por livrar o Brasil desses terroristas assassinos. [Livro 5]

É lamentável o viés ideológico esquerdista desta exposição, com a apresentação dos fatos de forma deturpada da realidade. O movimento cívico-militar de 1964 foi uma resposta da nação brasileira à tentativa de implantação de uma ditadura comunista no Brasil [Livro 5]

Por aqui passaram assassinos, assaltantes, sequestradores, terroristas e outros bandidos da sociedade. Quem por aqui passou, não foi à toa. Houve uma razão. [Livro 5]

Agradeço aos militares que nos livraram do terrorismo retirando os comunistas das ruas. Olavo de Carvalho tem razão. (Respondido com: não aprendeu nada com a história do Memorial). [Livro 5]

Muitas verdades e muitas mentiras [Livro 5]

Tortura é ficar na fila do SUS esperando alguém te atender #ForaPT [Livro 3]

LULA SIM. Para perpetuar os anos de corrupção, analfabetismo e pobreza, miséria, pão e circo! [Livro 3]

#EleNão – Ele não está envolvido em lava-jato. Ele não está envolvido em corrupção (respondido por três “está sim” e uma lembrança “caixa2”) [Livro 4]

O comunismo nunca será bom! Queremos um país livre do PT, do Lula e sua turma. Brasil acima de tudo. Deus[s] acima de todos. Bolsomito [Livro 5]

Filho de ex-prisioneiros de guerra russos fugindo do comunismo e do nazismo. Ele não é ditador. #EleSim [Livro 2]

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! (desenho da bandeira do Brasil e apontando para ela a frase:) Nunca será vermelha!!! (Respondido com: Já é! De sangue!) [Livro 3]

Essa raiz anticomunista não foi, obviamente, inventada por Bolsonaro, mas é uma corrente ideológica que rege a política interna brasileira de tempos em tempos, resultando, quando resgatada, em rupturas com projetos políticos de cunho reformistas ou mais populares. Assim, ainda que o anticomunismo soe como anacrônico no contexto atual, considerando a ausência de uma guerra ideológica entre capitalismo e comunismo, que caracterizou o mundo contemporâneo da Guerra Fria, Bolsonaro recriou esse espectro dando tons de realidade a ele, e, a partir disso, em alguma medida ele se tornou

real. Assim, passamos a viver com o anticomunismo antes mesmo de vislumbrarmos, de fato, a sua própria fonte: o comunismo.

Retomamos aqui, brevemente, os estudos realizados por Rodrigo Motta (2002), sobre o anticomunismo como um fenômeno para a compreensão mais ampla da história contemporânea, e que, no Brasil, se faz necessário porque os grupos conservadores desempenham centralidade na história política. A primeira observação do autor é que nem sempre a atuação dos movimentos sociais se dá pela instrumentalização das informações e das massas, subestimando a crença dos setores sociais envolvidos em uma ameaça e em um temor real ou confiantes nas condutas defensoras de valores e símbolos arregimentados na tradição. E essa leitura nos ajuda a compreender essa forte corrente anticomunista de novo. A pesquisa traz análises e interpretações das matrizes teóricas do anticomunismo e das representações simbólicas por eles utilizadas. E nelas, o anticomunismo deve ser entendido não como projeto político para a nação, resultado da ação “harmônica” de determinados grupos sociais, mas como uma tradição que mobilizou imaginário, símbolo e discurso em favor da luta contra o comunismo. No interior do leque anticomunista podem ser identificadas diversas diretrizes políticas como o fascismo, o socialismo democrático, o catolicismo e o liberalismo, que divergiam não só em relação “às formas de conceber a organização social, mas [cujas diferenças] também se faziam presentes na elaboração de estratégias de combate ao comunismo” (Motta, 2002:15). A união e atuação desses grupos convergem em momentos críticos, quando vislumbram o crescimento das organizações comunistas, “esquerdistas” no cenário público (como o governo petista na última década).

No Brasil, esse sentimento foi despertado durante as décadas de 1920/30 em recorrência da Revolução Russa de 1917, com o nascimento do “fantasma” do comunismo; no contexto da pós-Revolução Cubana, que o reconfigurou como uma ameaça real às camadas conservadoras brasileiras; e no cenário político nacional do governo reformista de João Goulart, quando a mobilização anticomunista conseguiu converter-se em mobilização anti-Goulart com forças para articular um golpe contra um projeto de governo que contava com apoio da esquerda e que vinha tentando se implementar. Nesse aspecto é que a obra de Rodrigo Motta abre espaço para se pensar como o anticomunismo foi além de uma “indústria”, um sentimento, além de cresça, tentativas de manipulação. E é aqui que retornamos ao governo Bolsonaro para pensar como, articulando o anticomunismo a um projeto próprio e a um sentimento da sociedade brasileira conservadora, está sendo possível contestar Políticas de Estado no campo da memória sobre a ditadura. E isso, principalmente, porque os esforços para a consolidação de Políticas de Estado sobre o tema das reparações às violações da ditadura acabaram indissociavelmente atrelado à memória dos governos petistas, alvo do projeto conservador do golpe parlamentar de 2016 que resultou no impeachment de Dilma. No livro de visitas, essa perspectiva revisionista da história da ditadura brasileira, instrumentalizada por Bolsonaro, e o desmonte das políticas de reparação aparece como uma denúncia por parte dos visitantes:

Atenção aos candidatos políticos AUTORITÁRIOS, que disseminam ódio e violência, que não honram a memória dolorosa da ditadura. ELE NÃO. [Livro 3]

Trabalho maravilhoso e necessário em épocas como a de hoje. A volta do discurso de ódio nos aterroriza e esse lugar é o símbolo do que esse mesmo discurso nos causou no passado. Lembrar é preciso! A memória da resistência é essencial. [Livro 3]

1964 não foi GOLPE. Não foi revolução, não foi movimento. Vivemos uma ditadura militar entre 1964 e 1985. Não deturpem a História do Brasil. Não deixem que ninguém a deturpe #ELENÃO [Livro 3]

E ainda dizem que não houve ditadura ... Resistir para existir! Impactante [Livro 4]

Excelente espaço de preservação da nossa história sombria do período da ditadura brasileira, que está sob forte pressão para “ser apagada” ou “minimizada”, ou ainda “relativizada”. Revolução Gloriosa?? Momento SANGRENTO e VERGONHOSO. Que possamos sempre nos lembrar dos nossos jovens mortos nesse período horrível, e que possamos sempre resistir e divergir. [Livro 4]

A respeito dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que, como dito, é um documento dividido em três volumes temáticos sistematizando a memória oficial do Estado sobre a ditadura brasileira, não é raro declarações de Bolsonaro contestando as informações produzidas pelos comissionados a partir de trabalho de arquivo, diligências em centros de repressão e audiências com vítimas e outras com militares, alguns chegando a admitir o uso de torturas e assassinatos de oponentes, como é o caso da audiência de Paulo Malhães em março de 2014. Mais recentemente, por exemplo, em julho de 2019, Bolsonaro desqualificou o trabalho da CNV e declarou: "Quem sabe a gente possa [contestar a CNV]. Não é questionar. Se gastou R\$ 5 bilhões, dinheiro público do povo que trabalha, para quem nunca trabalhou. Não pretendo mexer no passado, pretendo respeitar a lei da anistia de 79, esse é o meu sentimento, acho que tem que ser respeitado"¹⁵. Em sua fala, além de desqualificar um trabalho oficial, ele ainda levanta a possibilidade de rever as reparações financeiras concedidas aos anistiados políticos via Comissão da Anistia, instituída legalmente em 2001. E, por fim, na mesma declaração, o presidente retoma um tema que nem está em debate da forma como ele coloca, como uma ameaça: a questão dos alcances da Lei da Anistia. E aqui é sempre imprescindível destacar que, no Brasil, todas as ações orientadas para a construção de uma Políticas de Estado sobre reparações às violações da ditadura percorreram um caminho alternativo à via punitiva – não sendo coincidência que essas políticas sejam balizadas sob o termo **Direito à Memória e à Verdade**. Assim, mesmo nos governos que mais promoveram o debate social sobre a memória e os impactos da ditadura, nossa justiça transicional continuou recorrendo aos meios simbólicos de reparação, concentrando-se na valorização das vítimas e dos afetados diretos pela ditadura para se esquecer (estrategicamente) dos ditadores e torturadores, blindados na Lei da Anistia, que contempla, até hoje, militantes de esquerda e corporações oficiais¹⁶.

Por fim, muitas leituras poderiam ser realizadas a partir dos mesmos recortes aqui propostos e muitas outras referências e debates poderiam ser trazidos para enriquecer a avaliação que viemos realizando até aqui. No entanto, quero destacar que, pela atualidade e urgência do tema, não há ainda uma conclusão a ser apresentada ou considerações finais que amarrem todo o conteúdo perpassado. Assim, nesse momento final do artigo, o que eu gostaria de destacar é a constatação de há, de fato, um movimento orquestrado pelo presidente da República a fim de (inserindo-se no campo das disputas de memória) instrumentalizar o revisionismo histórico a fim de confrontar e reordenar a memória e a verdade histórica sobre o período da ditadura.

A verdade histórica ou a verdade do passado e dos fatos é entendido aqui como o direito de saber o que aconteceu no passado, a uma busca da verdade em seu sentido de esclarecimento da história face à negativa de acesso de informação que caracterizou o Estado brasileiro durante a ditadura. (Gumieri, 2016). Fabiana Dantas, ao abordar a questão do direito à memória, destaca a relação deste direito com a busca pela verdade

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/31/bolsonaro-discorda-de-dados-da-cnv-mas-nao-vai-reve-los-diz-porta-voz.htm?cmpid=copiaecola> Acessos em 20 set. 2019.

¹⁶ Como exemplo dos alcances atuais da Anistia, podemos destacar a ação perpetrada, em 2008, no Superior Tribunal Federal (STF) pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitando uma definição sobre os alcances da Lei da Anistia. Em 2010 o STF julgou a ação como improcedente ressaltando que não cabia ao Poder Judiciário rever o acordo político que resultou na democratização do país. Em síntese, uma reafirmação de que as pessoas perseguidas e assassinadas pela ditadura são “vítimas sem algozes” (Dantas, 2010:53).

dos fatos e ressalta que em toda a América Latina o passado é marcado de violência, sendo constantemente amenizado para não perturbar o seu frágil equilíbrio social. Para a autora, essa política conciliatória do esquecimento contemplaria ainda seis elementos: a produção da memória oficial sem os fatos inadequados, a concessão de anistias, a fabricação do consenso (discurso da superação das ideologias), o simples silêncio sobre fatos conflituosos, a busca da reconciliação nacional e as comemorações das datas cívicas. (Dantas, 2010: 48).

Portanto, a busca da verdade, até o momento, esteve associada à desconstrução de uma “boa memória” proclamada pela história oficial brasileira, quando esta passou a ser confrontada com as novas versões dos fatos construídas a partir do acesso aos arquivos, pesquisas históricas e testemunhos de vítimas, fortalecidas a partir das políticas de memória. A “verdade histórica” aqui vinha preenchendo uma necessidade social de confirmar oficialmente aquilo que foi durante muito tempo negado, convertendo-se em instrumento de reparação. E este é um dever do Estado: revelar e esclarecer às vítimas, aos familiares e à sociedade as informações de interesse coletivo sobre os fatos históricos e as circunstâncias relativas às graves violações de direitos humanos praticadas nos regimes de exceção: “É a chamada verdade histórica”, um instrumento de prevenção de novas violações e de garantia do exercício da cidade, uma vez que, sem o conhecimento da história do país, ocasionado pela falta de acesso às informações e aos arquivos públicos, “impede-se a plena cidadania” de um povo (Weichert, 2009: 406-407). E, obscurecer esse debate e essa construção social por vieses ideológicos é, no mínimo, criminoso.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marcelo Mattos et. al. O Memorial da Resistência de São Paulo e os desafios comunicacionais. Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça. Brasília, n. 3, jan. / jun. 2010.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. A única luta que se perde é aquela que se abandona. Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

DANTAS, Fabiana Santos. Direito fundamental à memória. Curitiba: Juruá, 2010

GUMIERI, Julia C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. Histórica. Revista. Arquivo Público de São Paulo, n.54, p. 01-11, 2012.

_____. A CONSTRUÇÃO POSSÍVEL. Inclusão e revisão do Direito à Memória e à Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência, 10 anos: Presente!. São Paulo: Gráfica Ispis, 2018. Disponível em drive pelo link (encurtado): encurtador.com.br/brvV6

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

REÁTEGUI, Félix (org.). Justiça de Transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos secretos e direito à verdade. In: SANTOS, Cecília Macdowell... [et al] (orgs). Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.